



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N.º , DE 2017

(Do Sr. Paulo Magalhães)

Requer informações ao Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a respeito de contratos de locação de imóveis para uso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no estado da Bahia.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos art. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, no sentido de esclarecer esta Casa a respeito de contratos de locação de imóveis para uso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no estado da Bahia.

JUSTIFICAÇÃO

Com o intuito de melhor cumprir as atribuições do Congresso Nacional e dessa Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI, em conformidade com os ditames constitucionais, dispostos no art. 49, X, da Constituição Federal, de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, solicitamos ao Sr. Gilbeto Kassab, Ministro do MCTIC, esclarecimentos a esta Casa a respeito de contratos de locação de imóveis para uso da ECT, no estado da Bahia.

Mais especificamente, solicitamos a relação de todos os contratos atuais de locação de imóveis firmados pela ECT, localizados no estado da Bahia, com valores mensais de aluguéis acima de R\$ 10.000,00 mensais, que contenham as seguintes informações:

- a) Identificação do Locador (Nome, CPF);



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- b) Identificação do imóvel (Endereço completo e tamanho);
- c) Destinação do imóvel alugado;
- d) Valor da locação;
- e) Data da assinatura do contrato;
- f) Duração do contrato;
- g) Preço contratado por metro quadrado;
- h) Valor por metro quadrado estimado pelo mercado (citar fonte); e
- i) Justificativa para a contratação, quando o valor médio contratado por metro quadrado for superior ao valor estimado pelo mercado.

Solicitamos, ainda, que em cada caso em que seja detectado valores superfaturados, sejam informadas quais as providências e medidas adotadas pela ECT para resolver situação.

Nesse sentido, entendemos ser importante que o Congresso Nacional tenha ciência de todas as ações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sobre a questão.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado Paulo Magalhães
PSD/BA